

ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

Ata nº. 020/2014

Aos dezanove dias do mês de agosto de dois mil e quatorze, às nove horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária na sede do Conselho Municipal do Idoso do Município de Porto Alegre, sito Rua Uruguai, 155 – 9º andar – Centro de Porto Alegre, sob coordenação da Sra. Dilciomar Gilmar Rodrigues Teixeira e na presença dos **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Dilciomar Rodrigues Teixeira - **ANAPPS**; Adão Alcides Zanandrea – **ACELB – Associação de Cegos Louis Braille**; Ângelo José Gonçalves Bos – **Instituto de Geriatria e Gerontologia da PUC/RS**; Paulo Sérgio Leite Becon – **SPAAN – Sociedade Porto Alegrense de Auxílio aos Necessitados**; Lorena Mitter – **Associação da Maturidade Chão de Estrelas**; Nilo Pires – **Grupo Nossa Senhora de Fátima – 3ª Idade**; Lúcia Helena Bastos Maschke – **Associação dos Ferroviários**; Geneci Terezinha dos Santos de Souza – **Amparo Santa Cruz**; Juliana Crusius – **Sociedade Espírita Maria de Nazaré**; Luciano Fernandes – **Casa do Artista Rio-grandense**; Olinda Camargo da Silva – **Lar da Amizade**; e Léo Fernando Prondzynski – **Grupo da Longevidade Viva a Vida**. **CONSELHEIROS DO GOVERNO**: Maria da Graça Furtado – **FASC**; Tatiana de Carvalho de Nardi e Roberto Rodrigues – **SMS**; José Paulo Giacomoni – **SME**; Melissa Trombini Pedroso – **Secretaria Adjunta do Idoso**; Alda Arruda Bisso – **SMED**; José Lucas – **SMC**; e Sinval Feijó e Wilson Pastorini – **SMGL**. Após assinatura da lista de presenças deu-se início aos trabalhos. **SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS**: Bom dia. Como sempre, em primeiro lugar, a leitura da nossa ata. **1 – LEITURA DA ATA ANTERIOR. SRA. TATIANA DE NARDI CARVALHO – SMS**: (Leitura da Ata nº 19, de 12/08/2014). **SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS**: Alguma sugestão, modificação? Não? Então, vamos para a nossa reunião, vamos ser mais objetivos. Nós estamos organizando a parte administrativa, vamos encaminhar a ata antes para quando chegarmos aqui já termos os posicionamentos. Todos concordam? Então, a partir desta semana a gente encaminha para todos para facilitar. **2 – COMUNICAR APROVAÇÃO FMI PARA MÊS DO IDOSO**. Quero dizer que as solicitações para ônibus, camisetas, faixas, foram aprovadas e estão sendo encaminhadas. Fiquem tranquilos em relação ao mês do idoso. **3 – COMUNICAR O RECEBIMENTO SOFÁ VERDE PARA O “CANTO O IDOSO” E DOADOR**. Ali estamos com um belíssimo sofá e cor verde, que recebemos de uma instituição para fazer o cantinho da vovó e do vovô. Quem encaminhou foi uma das nossas entidades que participa, em seguida faremos o agradecimento. **4 – COMENTÁRIO SR. ÂNGELO REUNIÃO CÂMARA**. O Dr. Ângelo esteve na Câmara, na reunião onde fomos convidados. Acredito que todos tenham recebido o relato, é importante que todos tomem conhecimento. **SR. ÂNGELO JOSÉ GONÇALVES BOS – Instituto de Geriatria e Gerontologia da PUC/RS**: Só queria colocar que uma das coisas que mais me deixou desconfortável foi justamente o não reconhecimento da nossa presença lá. Eu me fiz representar, não é uma questão pessoal, mas de entidade e do conselho Municipal do Idoso. Cheguei cedo, assinei como representante do Conselho Municipal do Idoso, como Vice-Presidente. Em momento algum foi comentada a nossa presença ali, foi tratado várias vezes sobre o Fundo Municipal do Idoso, citando o Fundo. Quer dizer, parece que o Fundo é mais importante que o Conselho Municipal. Nós somos um Conselho, exercemos um papel nesta Cidade extremamente importante. Agora, se os governantes, os vereadores não nos reconhecem, nós temos que tomar uma atitude, de visitar, de conversar em plenária, para nos apresentarmos como Conselho. **SR. ADÃO ALCIDES**

48 **ZANANDREA – ACELB – Associação de Cegos Louis Braille:** Eu estive presente
49 também. Se o Conselho é o representante do idoso, pelo menos alguém deveria estar
50 fazendo parte de palestra. Nós temos que protestar, fazer uma manifestação, porque não
51 é só político e não é só dirigente, tem que ser o protagonista, o usuário dessas ações, ir
52 protestar, fazer por escrito o desagravo e que não se repita. **SRA. DILCIOMAR**
53 **RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS:** Na verdade, nós não constávamos no convite como
54 convidados, eu perguntei quem gostaria de ir e nos representar. Então, como também
55 não fizemos parte do Fórum do Idoso, da Saúde, também não fizemos parte deste
56 processo. Nós podemos mandar para a Câmara de Vereadores uma comunicação
57 dizendo do nosso desgosto em relação a isso, ou tomamos uma medida que eu acho que
58 é importantíssima no mês do idoso. Eu não vejo este mês do idoso como festa, falas, eu
59 vejo como algo mais sério, podendo criar um grupo que faça um release, dizendo o que é
60 o COMUI, os seus objetivos, onde fica, quem compõe e que seja distribuído fartamente. E
61 agradeço à SPAAN pela linda placa que nos deu, onde nos identifica. Nós estamos
62 começando a vida, não podemos pedir respeito se nós não nos damos respeito. Então,
63 temos que começar o dever de casa, quem somos, porque estamos aqui, qual a nossa
64 proposta e divulgar. Vamos embora, gente? **SR. JOSÉ PAULO GIACOMONI – SME:**
65 Pessoal, em cima dessa situação, em cima do mês de agosto que nós pudéssemos
66 mostrar os protagonistas da ação enquanto COMUI de Porto Alegre, para ser notado.
67 Vejo que em Porto Alegre a gente só tem cadastradas entidades que busca os recursos.
68 Eu acho isso uma falha grande, todo mundo fica de olho nesse fundo. A Secretaria
69 Municipal dos Esportes e a FASC iniciaram esse processo no século passado com uma
70 atitude singela. Hoje nós temos uma mobilização e a gente vê junto com os órgãos que
71 cadastram e regulamentam as casas de repouso, asilos, casas geriátricas, das que foram
72 cadastradas em Porto Alegre o COMUI tenha essa informação. Não precisa se cadastrar
73 no Conselho só para arrecadar fundos. Então, no mês do idoso que se crie uma bandeira
74 significativa para poderem se aproximar e nós mudarmos o foco do Conselho, que não é
75 só a questão financeira. Depois eu falo mais. **SR. JOSÉ LUCAS – SMC:** Eu acredito que
76 essa não seja uma questão para ser encarada de uma forma ibérica, porque a câmara
77 reflete o que a estrutura social age, como se sensibiliza com o idoso. Só isso, só para
78 fazer um contraponto. **SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS:** Nós temos
79 que estar preparados, temos que nos estruturar um pouquinho mais para essas questões.
80 **SR. ADÃO ALCIDES ZANANDREA – ACELB – Associação de Cegos Louis Braille:**
81 Para nos tornarmos visíveis precisamos ter um auditório, quem sabe uma vez por mês
82 uma plenária em um auditório, trazer as pessoas interessadas. Nós precisamos de
83 espaço, aqui ou em outro lugar, mas buscar algo assim. **SR. ÂNGELO JOSÉ**
84 **GONÇALVES BOS – Instituto de Geriatria e Gerontologia da PUC/RS:** O seu Adão
85 falou em um minuto! (Risos da plenária). **SR. LÉO FERNANDO PRONDZYNSKI – Grupo**
86 **da Longevidade Viva a Vida:** Só uma sugestão, nesses espaços de projeto do COMUI
87 que tivesse um material do projeto, porque é um projeto que tem uma criança, tem uma
88 materialidade, porque são 5% do processo que são retidos... (Falas concomitantes em
89 plenária). **SR. ÂNGELO JOSÉ GONÇALVES BOS – Instituto de Geriatria e**
90 **Gerontologia da PUC/RS:** Não entendi... Ah, entendi, que tenha uma placa de registro,
91 verba do Fundo Municipal do Idoso. Seria interessante. **SR. LÉO FERNANDO**
92 **PRONDZYNSKI – Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Seria uma chancela do
93 Conselho. **SRA. GENECI TEREZINHA DOS SANTOS DE SOUZA – Amparo Santa**
94 **Cruz:** Eu trouxe aqui um convite, é uma atividade conjunta do Amparo, o Lar da Amizade
95 e o Santa Terezinha, dia 30/08. O Sílvio vai organizar a data para disponibilizar as

96 atividades. Muito obrigada. **SR. ÂNGELO JOSÉ GONÇALVES BOS – Instituto de**
97 **Geriatría e Gerontologia da PUC/RS:** Vou aproveitar, recebemos uma carta do Amparo
98 Santa Cruz, assinado pelo Pe. José de Borba. (Leitura da carta). É um convite. **SRA.**
99 **DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS:** Mas nós faremos chegar na mão de
100 todos, na próxima reunião vamos ver as pessoas que vão lá. Nós temos ainda que
101 aprovar o material da PUC, mas vamos deixar para o final. **SR. ÂNGELO JOSÉ**
102 **GONÇALVES BOS – Instituto de Geriatría e Gerontologia da PUC/RS:** Só para
103 aproveitar, passem adiante. Esses são os dados de uma pesquisa que nós realizamos,
104 uma pesquisa de doutorado de uma aluna da Paraíba, que pesquisou 70 idosos
105 residentes, 50 idosos que estão em lista de espera. Na página 57 é o mais importante,
106 tem grupos bem semelhantes. Muitos trabalhos falam que a qualidade de vida das
107 pessoas que moram em instituição de longa permanência é pior que as pessoas que não
108 moram em instituição de longa permanência. Isso é verdade, tem é que nós temos aqui o
109 residente, aí tem a alto-avaliação da aqui, quem vê a qualidade de vida, 3,6% é menor do
110 que o controle, do que não quer entrar em instituição de longa permanência, que é 4,0%.
111 Nós temos um terceiro grupo ali que nunca é investigado, que é aquele idoso que está
112 em lista de espera. E se conversarmos com os idosos da SPAAN, perguntar: como é era
113 a sua vida antes da SPAAN? Mil vezes pior! Aqui eu estou mostrando, a ideia é trazer
114 sempre para vocês conhecerem. Olhem só, a lista de espera 2,9. A qualidade de vida das
115 pessoas que não estão em lista de espera é muito pior do que aquelas que estão em
116 instituições. Nós temos que as condições dessas instituições abrirem mais vagas. Eu não
117 posso chegar e dizer que temos 288 vagas, e chamo de vagas, são metas, a FASC diz
118 que tem 288 metas para instituições, quando precisamos de muito mais, e como vou
119 estimular instituições de longa permanência a aceitarem idosos que estão com problemas
120 sociais importantes, quando: Ah, vocês aceitam o idoso, eu dou R\$ 70,00 por mês? Nós
121 temos que trabalhar essa questão. E me preocupa esta frase que diz assim: *ILPIs não*
122 *acolhem idosos dependentes com um salário mínimo.* Eles têm condições de acolher um
123 idoso depende com um salário mínimo? Não. Na outra linha se fala que as famílias não
124 têm condições de cuidar e de manter economicamente o idoso dependente, mas as
125 instituições de longa permanência têm. **SRA. CRISTINA POZZER MESQUITA – Asilo**
126 **Padre Cacique:** E gostaria de colocar sobre a reunião que teve na FASC, porque o
127 convênio que nós temos, durante anos nós somos parceiros da FASC, a Padre Cacique
128 tem um trabalho social anterior à FASC e o asilo jamais vai fechar as portas, como foi
129 dito. Nós sempre demos um atendimento social, anterior à existência da FASC e não vai
130 deixar de fazer isso porque (Inaudível). Nós recebemos todos os pedidos de atendimento
131 da FASC e ficamos bastante chateados com o depoimento que foi dado lá. **SRA. MARIA**
132 **DA GRAÇA FURTADO – FASC:** Já que a FASC foi citada, Cristina, tenho certeza que o
133 Marcelo Soares, Presidente da FASC, não tem nenhuma intenção de criticar ou não. Ao
134 contrário, nós temos certeza que nosso Fundo Nacional do Idoso é extremamente abaixo,
135 é até ridículo... Por exemplo, a questão do Fundo Nacional do Idoso estar na básica para
136 proteção básica é de R\$ 12,00. Vocês sabem o que é isso por mês, por idoso? Nós
137 temos 18 entidades conveniadas na proteção básica. Eu acho que nem deveria ser
138 convênio para poder ter... O seu Nilo quer conveniar com a FASC. Qual a qualificação
139 que a gente vai ter nesse trabalho, nesse acompanhamento? Então, eu penso que,
140 primeiro, com certeza, no momento em que se criou o fundo, as entidades aptas a captar
141 tem todo o direito, o dever e aplaudir quem conseguir captar do Fundo Municipal do
142 Idoso para a melhor qualidade de vida dos seus idosos nas instituições. Era isso. **SRA.**
143 **DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS:** Pessoal, nós estamos aqui com o
144 Sinval. Não poderíamos passar? Ele está no aguardo. Gente, eu peço desculpas, mas

145 vamos passar para o Sinval. Sinval, nós estamos com assuntos gravíssimos aqui dentro.
146 Por favor, Sinval. **SR. SINVAL FEIJÓ – SMGL:** bom diferente a todos. Eu vim para
147 esclarecer algumas questões sobre o Fundo, a utilização dos recursos, mas antes disso
148 quero aproveitar para agradecer ao Pastorini, por aceitar o nosso convite de nos honrar
149 com a sua presença. Estamos com o mentor intelectual do Fundo do Idoso, o homem que
150 me ensinou, o pouco que sei devo ao Pastorini. A cada debate nosso eu aprendo mais e
151 sou grato a ti, Pastorini. Nós tivemos uma reunião na terça-feira da semana passada,
152 com o Luciano Marcantônio, com o Procurador do Município Marcelo do Canto, eu e o
153 Pastorini, onde a pauta foi o Fundo do Idoso. Bom, a utilização do Fundo não pode ser
154 limitada à visão do Pastorini e do Sinval na utilização dos recursos, de aceitarmos ou não
155 determinados projetos oriundos do governo, das secretarias, das fundações. Então, dito
156 isso, quero colocar que estou revendo a minha posição, porque eu tinha uma postura, um
157 olhar de ser antagônico ao Pastorini no aspecto de não ver com bons olhos a utilização
158 de recursos públicos por parte das secretarias. O que ocorre de maneira geral? Eu revi a
159 minha posição, digo de público, e acredito que estou crescendo enquanto Coordenador
160 do Fundo do Idoso. Eu acredito que não podemos ficar entrincheirados no nosso
161 posicionamento, nas nossas convicções e não avançarmos. A FASC sim pode apresentar
162 projetos, a SMED, a Secretaria de Esportes, Saúde, Cultura, enfim, podem apresentar.
163 Pastorini, por favor. **SR. WILSON ABASCAL PASTORINI – Secretaria Municipal de**
164 **Direitos Humanos – SMDH:** Bom dia a todos. Gostaria de saudar este Plenário
165 maravilhoso, parabéns aos conselheiros eleitos, vocês têm um papel fundamental. Nós
166 começamos lá pelo Fundo da Criança, que já tem 24 anos de caminhada, é bem
167 diferente, vocês estão começando agora. Seria importante vocês assistirem as reuniões
168 do Plenário do CMDCA. O Sandro está sempre lá, embora ele seja o taquígrafo, mas
169 todos sabem o que eu estou dizendo. Também assistam a um plenário do Fórum de
170 Entidades, é a sociedade civil organizada debatendo os seus problemas. Então, essa
171 caminhada está pronta e nós temos que olhar, trazer para cá. Bom, nós debatemos com
172 o Procurador do Município e ele olhou com bons olhos. A lei federal classifica as
173 despesas, que nos dá o conceito de subvenção social, que dá origem também aos
174 conveniamentos, tanto por entidades públicas quanto privadas. A nossa convicção fica
175 prejudicada em cima da lei, posso ser contrário, mas não posso ir contra a lei. A lei
176 também diz que a subvenção social se destina a instituições públicas e privadas, de
177 caráter assistencial ou cultural, sem fins lucrativos. Bom, eu não vou falar muito, porque
178 sei que vocês têm muitas perguntas. O Estado faz convênios com instituições privadas e
179 órgãos públicos. A nossa aqui, nós somos culpados na caminhada do Fundo da Criança,
180 em 96, a gente fez um decreto de prestação de contas, onde colocamos “relativos aos
181 convênios com entidades não governamentais”. É uma legislação capenga. **SR. SINVAL**
182 **FEIJÓ – SMGL:** Foi adaptado para aquela época e aquele momento. **SR. WILSON**
183 **ABASCAL PASTORINI – Secretaria Municipal de Direitos Humanos – SMDH:** Tudo
184 começou quando os empresários, por exemplo, FIERGS, Gerdau, foram até o Conselho
185 querendo financiar entidades privadas. Então, o Conselho orientava as entidades a
186 buscarem parceiros, fixava os critérios, as políticas a serem financiadas, projetos e tudo
187 mais. Começamos com 20 entidades e hoje temos em torno de 170 entidades buscando
188 recurso do Fundo. Eu digo, esses recursos não são suficientes para manter uma
189 entidade. O tema principal aqui, não sei se há dúvidas, mas vamos adiante. Tanto
190 instituições públicas, secretarias, fundações, empresas públicas ou privadas, registradas
191 no COMUI, com projeto aprovado pelo COMUI, autorizado pelo COMUI a buscar
192 financiamento. Bom, estou à disposição de vocês, senão acabo falando muito. **SR. JOSÉ**
193 **PAULO GIACOMONI – SME:** É com satisfação que escuto esta fala de vocês, Sinval.

194 Quanto a essa lei, tem que ser feita alguma alteração na lei orgânica, ou decreto? Outra
195 questão é sabe como funciona a dotação orçamentária do Município de Porto Alegre para
196 os idosos, para o Conselho, não sei como está, porque está dentro do nosso Fundo, o
197 art. 6º, parágrafo segundo, que diz que constitui receitas do Fundo Municipal do Idoso,
198 além de outros que vêm ser instituídas, diz que dotações orçamentárias (Inaudível)
199 destinadas no Município de Porto Alegre. Como funciona isso? **SR. WILSON ABASCAL**
200 **PASTORINI – Secretaria Municipal de Direitos Humanos – SMDH:** É um ato
201 administrativo, não é um decreto e está sendo reavaliado, tem uma turma já trabalhando
202 nisso. Tem uma lei de julho deste ano, que regulamenta muita coisa. Por enquanto não
203 vamos falar nela, nós ainda vamos debater com a Procuradoria e em cima disso vai sair a
204 nova instrução normativa. Quanto às fontes de receita, o Município pode, até o
205 orçamento é autorizativo, mas não obrigatório, ele autoriza, mas não obriga. **SR. SINVAL**
206 **FEIJÓ – SMGL:** Realmente, é da lei, da criação do Fundo o aporte de recursos por parte
207 do executivo, não tem ocorrido, ocorre de forma significativa com relação ao Fundo da
208 Criança. Existe, mas é todo um contexto histórico, é um fundo mais antigo, em virtude de
209 toda uma caminhada, um aparato, uma rede de atendimento para a criança e
210 adolescente. Este ano foi aportado pelo Executivo, vínculo um, dinheiro do Tesouro, o
211 valor de R\$ 146 mil para as ações do COMUI, ações específicas, que era para ser
212 mobiliário, aparelhos de informática, capacitação. Era para ser conferência, seminário,
213 enfim, mas esse recurso foi contingenciado, porque este ano foi uma coisa diferenciada,
214 uma coisa em virtude da crise financeira que a Cidade de Porto Alegre vive. Nós estamos
215 fazendo um planejamento de R\$ 100 mil para 2015. O COMUI tem duas fontes de receita,
216 as destinações e o aporte do Executivo. Nós temos uma previsão de arrecadação em
217 torno de R\$ 16 milhões para 2015. **SR. JOSÉ PAULO GIACOMONI – SME:** Eu acho que
218 a gente não tem esse aporte de verbas, porque, na verdade, vocês têm que ter um item
219 importante que nós não temos, que é o nosso plano de aplicação de recursos, tão pouco
220 um plano de ação. No momento em que tivermos isso podemos ir buscar, senão fica
221 muito vazio. Este é um compromisso nosso, elaborar o plano de ação municipal para os
222 direitos dos idosos. Então, temos que construir tudo isso. Então, nós podemos, vocês
223 podem nos ajudar, a fazer esse plano. (Falas concomitantes em plenária). **SR. ÂNGELO**
224 **JOSÉ GONÇALVES BOS – Instituto de Geriatria e Gerontologia da PUC/RS:** Vamos
225 respeitar os inscritos... Dilci. **SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS:** Eu
226 agradeço mais uma vez pela presença de vocês. Esse aporte, nós podemos sugerir
227 através de metas e pode ser ampliado ao invés de diminuído? O aporte pode... **SR.**
228 **WILSON ABASCAL PASTORINI – Secretaria Municipal de Direitos Humanos –**
229 **SMDH:** Me permita... O Fundo é uma conta bancária, o Conselho é o gestor, o Fundo tem
230 dois gestores, o primeiro é o Conselho através do seu plano de ação e metas. Sempre se
231 planeja o ano seguinte, é o plano de ação... **SRA. TATIANA DE NARDI CARVALHO –**
232 **SMS:** Com licença. O que acontece? Tivemos uma reunião com o pessoal da SMPEO,
233 nesse encontro falamos sobre o plano municipal do idoso, que é uma pauta que já vem
234 se falando. Nesse plano o governo e o orçamento do governo para o idoso, penso que
235 talvez esse valor do vínculo um, que é do COMUI, um orçamento público, do Município,
236 recurso próprio do Município, talvez esse valor tenha que ser integrado ao plano
237 municipal da Prefeitura para o idoso, que é esse plano maior. Nisso o COMUI teria que
238 ter uma participação enquanto parte envolvida. Então, teria que ser uma discussão
239 integrada com as ações municipais. Outra questão, teríamos que ver quem é o nosso
240 líder de ação no plano municipal, nesse vínculo um, que geralmente é a Presidente, mas
241 a Presidente sabe como funciona? Então, talvez a gente tenha que inteirar a pessoa para

242 entender o processo de planejamento orçamentário municipal. **SR. WILSON ABASCAL**
243 **PASTORINI – Secretaria Municipal de Direitos Humanos – SMDH:** Plano de ação
244 municipal, nós temos dois, o plano de ação municipal e o plano político, ações de
245 intervenção do Conselho. O Conselho tem que agir na cultura, na saúde, na educação,
246 no esporte, em todas as políticas sociais básicas. O plano de ação que estamos falando
247 é o plano do Conselho. Os dois devem ser financiados e com a participação direta do
248 Conselho. Nós podemos formar um grande grupo do Conselho com as secretarias, com
249 comissões, o Conselho tem que estar intervindo sempre. O Conselho deveria ter
250 planejado lá no início do ano todas as suas ações. Quer dizer, este mês de agosto, até
251 setembro, vocês devem trabalhar este plano do ano que vem. Este é o caminho. **SRA.**
252 **TATIANA DE NARDI CARVALHO – SMS:** Os dois? **SR. WILSON ABASCAL PASTORINI**
253 **– Secretaria Municipal de Direitos Humanos – SMDH:** O plano de ação político que eu
254 falo é que o Conselho tem que interagir com todas as políticas sociais básicas. (Falas
255 concomitantes em plenária). **SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS:** Não
256 podemos falar todos juntos, senão não grava. **SRA. TATIANA DE NARDI CARVALHO –**
257 **SMS:** A minha dúvida é como que o plano municipal do idoso vai se integrar com as
258 políticas que já existem, ou é uma política única do idoso que cada secretaria vai
259 executar, questionando esse valor que vem da Governança. **SRA. DILCIOMAR**
260 **RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS:** Várias vezes eu falei que nós tínhamos que nos
261 preocupar com 2014/2015. Digamos que nós venhamos a levantar R\$ 250 mil para 2015,
262 é possível aumentar a verba da Governança? Fica em R\$ 100 mil? **SR. SINVAL FEIJÓ –**
263 **SMGL:** É possível. A partir do momento que o COMUI apresentar um projeto para a
264 UPEO, com a devida justificativa, eu tenho argumento para ir no Gabinete e dizer que
265 não, não são R\$ 100 mil, tem que ser R\$ 250 mil. Se vai ser aceito ou não é outra
266 história. **SR. JOSÉ PAULO GIACOMONI – SME:** Quero voltar. Sugiro que a gente faça
267 um projeto, o plano até setembro, porque isso agiliza. **SR. SINVAL FEIJÓ – SMGL:** É,
268 2014 já está comprometido, o Conselho tem a trabalhar agora para 2015... (Falas
269 concomitantes em plenária) **SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS:**
270 Calma, não dá para falar todo mundo junto! **SRA. TATIANA DE NARDI CARVALHO –**
271 **SMS:** Até o final de setembro a gente tem que propor alguma coisa. (Falas concomitantes
272 em plenária). **SR. SINVAL FEIJÓ – SMGL:** A forma de como gerir os 5%, alguém esses
273 dias me perguntou isso também. Os 5% é do captado, que fica recolhido para o Fundo do
274 Idoso. Bom, nós temos hoje um montante de R\$ 700 mil e alguma coisa. Como gerir isso?
275 hoje está em uma conta do Fundo rendendo em torno de R\$ 30 mil por mês. Como
276 utilizar? O Conselho é soberano, o Pleno é soberano, deveria definir critérios de
277 utilização, ou seja, um edital, de que forma, capacitação, nós vamos definir. **SRA.**
278 **DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS:** Mas hoje, para onde podemos
279 canalizar? Ficou muito amplo. **SR. SINVAL FEIJÓ – SMGL:** Hoje, o que já foi utilizado?
280 Atendeu uma necessidade do Amparo Santa Cruz, houve um sinistro, de maneira
281 emergencial foi repassado o recurso. Também foi utilizado para a 4ª Conferência,
282 basicamente para uma viagem dos conselheiros que foram para a Argentina no ano
283 passado. Agora vai ser disponibilizado para a compra das vagas do Gustavo Nordelung.
284 **SR. SÍLVIO JURAMAR LEAL – Direitos Humanos/Secretaria Adjunta do Idoso:** Nós
285 estamos falando de política, não do plano de ação, há uma distorção. O plano de ação
286 sim, vai ser feito pelo Conselho, mas a política, como vai se envolver isso? **SRA.**
287 **TATIANA DE NARDI CARVALHO – SMS:** É, porque não foi assim que eu tinha
288 entendido. Estávamos falando de um plano de ações, não de política. (Falas
289 concomitantes em plenária). **SR. SÍLVIO JURAMAR LEAL – Direitos**

290 **Humanos/Secretaria Adjunta do Idoso:** Só um pouquinho... **SRA. TATIANA DE NARDI**
291 **CARVALHO – SMS:** Eu estou falando em recurso municipal para o idoso, esse é o foco.
292 Como o recurso que vem do vínculo um é municipal, a minha colocação é essa, se vai
293 entrar em uma política maior do Município, voltado para o idoso. Outra questão é o valor
294 que o Fundo recebe, esses 5%. A gente não tem um plano. **SR. SÍLVIO JURAMAR LEAL**
295 **– Direitos Humanos/Secretaria Adjunta do Idoso:** São coisas diferentes. Quero
296 entender melhor, porque veio (Inaudível) dizendo que não podia fazer um plano elo
297 Conselho. **SR. WILSON ABASCAL PASTORINI – Secretaria Municipal de Direitos**
298 **Humanos – SMDH:** Plano de ação municipal, a política. O orçamento é outra situação,
299 vamos esquecer. Certo? Nós temos que fazer a política municipal, através do seu plano
300 de ação, que está sendo construído pela base governamental. Pode se ampliar o quadro
301 e traze representar dentro do Conselho. **SR. JOSÉ PAULO GIACOMONI – SME:** Temos
302 que abrir a discussão. **SR. WILSON ABASCAL PASTORINI – Secretaria Municipal de**
303 **Direitos Humanos – SMDH:** A política municipal do idoso tem a ver com o Conselho,
304 está sendo criada na base governamental, pela Secretaria Adjunta do Idoso, para trazer
305 um projeto que ser debatido no Conselho. O Conselho é propositivo e na sua soberania
306 pode dizer – opa, este projeto é nosso, vamos financiar ele. Eu não vejo nenhum
307 problema. **SR. SÍLVIO JURAMAR LEAL – Direitos Humanos/Secretaria Adjunta do**
308 **Idoso:** Mas esta foi a proposta feita anteriormente, nós cobramos. Foi colocada a
309 proposta do Conselho trabalhar junto. Então, o governo está fazendo o que tem que
310 fazer, a política para o idoso, agora o Conselho tem que buscar. **SR. WILSON ABASCAL**
311 **PASTORINI – Secretaria Municipal de Direitos Humanos – SMDH:** Tem que debater,
312 trazer para o Conselho, porque é aqui que e aprova. **SR. SÍLVIO JURAMAR LEAL –**
313 **Direitos Humanos/Secretaria Adjunta do Idoso:** Só para deixar claro aqui. **SR.**
314 **WILSON ABASCAL PASTORINI – Secretaria Municipal de Direitos Humanos –**
315 **SMDH:** Uma questão antes de encerrarmos. Captação direcionada ou captação
316 chancelada, nós construímos junto com o Conselho Nacional da Criança e do
317 Adolescente uma resolução, em 2002, que foi debatida durante 08 anos, não foram dias
318 e nem meses. Foi aprovado em 2010. Quanto ao direcionamento, o Ministério Público de
319 Brasília entrou com uma liminar e caçou o direcionamento, não pode direcionar dinheiro
320 para entidades, alegando que isso fragiliza. Em 2010 foi vetado o direcionamento para as
321 instituições privadas, não poderia direcionar. A (Inaudível) Geral da União foi lá e caçou
322 a liminar, está permitido até agora, mas está no Supremo a discussão. Então, vocês têm
323 que debater, vocês devem fixar as coisas. (Falas concomitantes em plenária). **SRA.**
324 **DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS:** Nós gostaríamos de explorar muito
325 mais deste teu conhecimento, Pastorini, mas já estamos encerrando. Nós agradecemos,
326 porque sei que não está fácil para as secretarias. Só quero que fique registrado duas
327 solicitações, talvez pela minha total ignorância assumida, eu pediria que a Saúde, a
328 FASC, as secretarias que estão trabalhando, que nos dessem conhecimento, porque nós
329 não estamos sabendo... Estou vendo cabacinhas balançando lá. Nós precisamos saber
330 para ver de que maneira podemos no integrar, porque o objetivo é um só. É importante
331 que a gente saiba o que está acontecendo. **SRA. MARIA DA GRAÇA FURTADO –**
332 **FASC:** Antes de encerrar, a questão do projeto da PUC, a proposta é de qual vínculo, um
333 ou dois? **SR. WILSON ABASCAL PASTORINI – Secretaria Municipal de Direitos**
334 **Humanos – SMDH:** O Conselho decide... **SR. SINVAL FEIJÓ – SMGL:** É dois, do Fundo.
335 **SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS:** Nós temos que apresentar,
336 Graça, para o Pleno e encaminhar para votação. É a verba de R\$ 8 mil para a realização
337 da 7ª Musicalidade, evento incluído no calendário relativo ao mês do idoso, que fez um

338 cartaz onde não consta nada do COMUI. Então, vou devolver este cartaz e exijo que no
339 caso de aprovarmos, que conste no mínimo o COMUI, uma publicidade qualquer, em
340 caso de aprovação. Estou submetendo ao Pleno. Quem é a favor? **SR. LÉO FERNANDO**
341 **PRONDZYNSKI – Grupo da Longevidade Viva a Vida:** Isso teria que ser automático,
342 para que não aconteça esse tipo de ocorrido. **SR. SÍLVIO JURAMAR LEAL – Direitos**
343 **Humanos/Secretaria Adjunta do Idoso:** O Bos saiu, não está aí agora, não sei se vai
344 voltar, não sei se não seria o caso dele defender ou não. E nós da Comissão de
345 Cadastro, o que não aparece na documentação da PUC? Não aparece o IGG, existe uma
346 ligação do IGG com a PUC, mas não tem o documento que conste isso, falta um
347 documento que diga isso, o IGG, que é da PUC, mas na documentação diz que a PUC
348 tem os institutos, mas não fala especificamente do IGG. Só estou adiantando. **SRA.**
349 **DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS:** Na verdade, o pedido entrou pela PUC.
350 **SR. PAULO SÉRGIO LEITE BECCON – SPAAN – Sociedade Porto Alegrense de**
351 **Auxílio aos Necessitados:** É subordinada. **SR. SÍLVIO JURAMAR LEAL – Direitos**
352 **Humanos/Secretaria Adjunta do Idoso:** Tudo bem, mas não tem um documento que
353 fale dessa ligação. (Falas concomitantes em plenária). **SR. WILSON ABASCAL**
354 **PASTORINI – Secretaria Municipal de Direitos Humanos – SMDH:** Posso emitir uma
355 opinião? (Falas concomitantes em plenária). É aquela velha história, executora e
356 mantenedora. O Conselho pede a inscrição da entidade, quem tem que apresentar
357 projeto é o IGG. Se a mantenedora quiser encaminhar projeto tem que vir se inscrever. É
358 como Mitra, USBEE e tantas outras. Essa questão de guarda-chuva não cola mais. O
359 instituto tem que apresentar o projeto, é o registrado. **SR. SÍLVIO JURAMAR LEAL –**
360 **Direitos Humanos/Secretaria Adjunta do Idoso:** Aparece como IGG, mas a
361 documentação é da PUC. **SRA. DILCIOMAR RODRIGUES TEIXEIRA - ANAPPS:** Então,
362 fazemos o seguinte, uma sugestão, chama o pessoal, a quem de direito, senta com vocês
363 na comissão, tem urgência e é uma entidade séria, comprometida. Esclareçam, se
364 preencher tudo o que precisamos para a tranquilidade legal passa-se, senão,
365 infelizmente, este ano não terá. O que vocês acham? **SRA. TATIANA DE NARDI**
366 **CARVALHO – SMS:** Só tenham clareza que a PUC não está colocando um projeto para
367 captação, é um projeto para a nossa reserva, nós estamos entrando como parceira, é
368 diferente. **SR. WILSON ABASCAL PASTORINI – Secretaria Municipal de Direitos**
369 **Humanos – SMDH:** Mas a PUC tem que ter registro. **SRA. DILCIOMAR RODRIGUES**
370 **TEIXEIRA - ANAPPS:** Então, repassamos para a comissão, depois retorna para
371 aprovação. A comissão vai chamá-los e ver o que tem, depois de acertado volta para o
372 Pleno. Queremos agradecer em nome de todos ao Pastorini, certamente vamos
373 incomodar bem mais. Muito obrigada!

374

375 - Encerram-se os trabalhos e os registros taquigráficos às 12h30min.

376

377

378

Taquígrafa: Patrícia Costa Ribeiro

379

Registro nº 225257/2003 - FEPLAM

380

TG Tachys Graphen – CNPJ 10.133.150/0001-07.

381

382